

Câmara aprova nova regra fiscal, mas rejeita principal demanda do Executivo

Congresso Despesas do Fundeb e do Fundo Constitucional do DF são excluídas do novo arcabouço

Câmara aprova marco fiscal que segue para sanção

Raphael Di Cunto e Julia Lindner
De Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira o projeto de lei do novo arcabouço fiscal do país, que estabelece regras sobre o quanto o governo federal poderá gastar nos próximos anos. Com isso, o texto será encaminhado para sanção presidencial a tempo de permitir que o Executivo emita na próxima semana a proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024 já sabendo quais serão as normas a serem seguidas. Os deputados decidiram deixar as despesas do Fundo de Valorização da Educação Básica (Fundeb) e do Fundo Constitucional do Distrito Federal de fora do novo arcabouço, mas incluíram as da ciência e tecnologia.

Os deputados analisaram apenas as modificações feitas pelos senadores no texto, sem possibilidade de incluir novas mudanças. A exclusão do Fundeb e do Fundo do Distrito Federal teve amplo apoio, aprovada por 379 votos a 64, mas a principal demanda do governo sequer chegou a ser votada e acabou rejeitada por acordo entre os partidos.

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, pedia a aprovação de emenda do Senado que a autorizava a incluir cerca de R\$ 32 bilhões na LOA de

2024 como "despesas condicionadas", o que evitaria a necessidade de propor cortes agora.

O projeto do arcabouço limita o crescimento das despesas do governo federal à inflação do ano anterior mais 70% do incremento das receitas. Os deputados, contudo, mudaram a data de aferição da inflação em relação aos planos iniciais do governo, para que o cálculo seja feito com base no aumento dos preços acumulado nos 12 meses até junho. Isso, porém, criou problema para o Executivo neste ano, porque a inflação nos 12 meses até junho foi de 3,16%, mas no acumulado do ano deve ficar em torno de 5%.

Para "corrigir" isso, os parlamentares permitiram que, apenas neste primeiro ano, o governo eleve as despesas para 2024 com base na inflação estimada em dezembro. No Senado, o governo conseguiu aprovar emenda para que a LOA seja enviada já com esse adicional de R\$ 32 bilhões, o que exigiria cortes se a inflação em dezembro for menor do que a esperada hoje. A Câmara rejeitou essa proposta com o argumento de que, ao incluí-la no arcabouço, poderia se abrir uma brecha permanente.

Governistas defenderam que as despesas condicionadas sejam liberadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024. "O governo poderá apresentar



Arthur Lira: "A Câmara tem tido comportamento exemplar na condução das matérias importantes para o país"

"O governo poderá apresentar proposta orçamentária com previsão de despesa condicionada"
Cláudio Cajado

sua proposta orçamentária com essa previsão de despesa condicionada, que nós não queremos mas aceitamos pela LDO", afirmou o relator do arcabouço, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA). O Executivo enviou em agosto mensagem modificativa à LDO com essa solicitação. Segundo o relator da LDO, deputado Danilo Forte (União-CE), não haverá tempo de votar a LDO até 31 de agosto, mas que a mensagem é suficiente para dar o aval.

Com a desistência na emenda da inflação, o grande debate no plenário foi destaque do PDT e MDB para aprovar emenda do Senado que deixava de fora das novas regras as despesas com ciência e tecnologia. A ministra da Ciência e Tecnologia, Luciana Santos (PC-dob), foi pessoalmente ao plenário pedir que a proposta fosse aprovada, mas não conseguiu os parlamentares. Foram 265 votos contra e 176 favoráveis. O texto era de autoria do senador Renan Calheiros (MDB-AL), adversário de Lira.

O MDB também solicitou a criação do Comitê de Modernização Fiscal, para "aprimorar a governança das finanças federais e tornar as etapas de planejamento, execução e controle do ciclo orçamentário mais transparentes e eficientes para o financiamento de políticas públicas". A emenda foi rejeitada por 270 votos a 153.

A aprovação do arcabouço foi celebrada por petistas e governistas, mas o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) questionou em plenário a "sabotagem" ao arcabouço com a rejeição de matérias que seriam necessárias para aumentar as receitas e permitir a expansão das despesas. A pressão do Centro fez com que o governo desistisse, momentaneamente, da tributação de investimentos de brasileiros no exterior, que será tratada num futuro projeto de lei.

"A mensagem que estamos passando aqui é a seguinte: vamos aprovar o arcabouço, mas todo mundo vai ter a leitura de que implodiu a chance de atingirmos as metas colocadas no arcabouço fiscal. Esta é posição do Parlamento. Só há uma saída depois dela, que é a revisão da meta do resultado primário do próximo ano. Então é muito grave! Estamos aprovando e implodindo o arcabouço ao mesmo tempo", disse Farias.

A meta do governo é zerar o déficit primário no próximo ano, com uma margem de 0,25 pontos percentuais para mais ou para menos. Se não for cumprida, gatilhos de contenção de despesas serão ativados. Lira respondeu que o governo fechou acordo para tratar da tributação mais para frente. "A Câmara tem tido comportamento exemplar na condução das matérias importantes para o país."

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Especial **Caderno:** A **Página:** 12